



Recomposição socioambiental dos espaços rurais e agricultura familiar na região metropolitana de Curitiba

Alfio Brandenburg – Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná. Email: alfio@onda.com.br

Cimone Rozendo de Souza – Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Email: cimone.rozendo@gmail.com

Resumo

Esse texto analisa o processo de recomposição dos espaços rurais, considerando as políticas ambientais e os diversos atores no meio rural em especial os agricultores familiares. A pesquisa foi realizada em dois universos diferenciados, localizados na Região Metropolitana de Curitiba: comunidade de Santo Amaro, formada por agricultores modernizados e a comunidade de Postinho, formada por agricultores que vivem em um cenário de precariedade social. Levando em conta que a ideia de patrimônio familiar faz parte da lógica organizacional da agricultura familiar, constatou-se que em ambos os casos ocorre um processo de repatrimonialização de parte dos recursos naturais. Na prática, verificou-se que as políticas de conservação da natureza atuam na formação de um patrimônio natural comum, com funções sociais, mas permitem que se desenvolvam práticas sociais e produtivas que comprometem a sustentabilidade socioambiental dos agricultores. Nesse sentido, o espaço se redefine muito mais segundo uma lógica técnico-instrumental do que de acordo com um estilo socioambiental de desenvolvimento.

Palavras chave

Recomposição socioambiental dos espaços rurais, agricultura familiar e meio ambiente, políticas ambientais e agricultura familiar.

Abstract

This text analyzes the process through which rural space is re-configured, looking at environmental policies and the range of actors in the rural milieu, family farmers in particular. Our research was carried out in two different populations belonging to the Greater Curitiba: the Santo Amaro community, made up of farmers who have been able to “modernize”, and the Postinho community, composed of farmers whose existence is socially precarious. Taking the idea that family patrimony is part of the organizational logic of family farming, we observe that in both cases a process of re-patrimonialization of natural resources has taken place. In practice, we have seen that policies for conserving nature have played a part in the constitution of a common natural patrimony, with social functions, yet have also permitted the development of social and productive practices which compromise farmers’ socio-environmental sustainability. In this regard, we can assert that space is re-defined much more according to a technical-instrumental logic than in accordance with a socio-environmental style of development.

Key words

Socio-environmental reconfiguration of rural space; family farmers and the environment; environmental policy and family farming.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo compreender em que medida as exigências ambientais expressas, sobretudo, por meio das políticas públicas ambientais e agrícolas têm influenciado a adoção de práticas produtivas, por parte dos agricultores familiares, capazes de favorecerem a recomposição dos espaços rurais na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) em bases mais “sustentáveis”. Procurou-se também verificar em que medida estas exigências abrem novas possibilidades para o desenvolvimento da agricultura familiar ali situada (Souza, 2006).

O estudo teve como referência empírica as experiências de duas comunidades: a de Santo Amaro e a de Postinho. Santo Amaro pertence ao município de Mandirituba, área limítrofe à Curitiba, e faz parte do chamado “cinturão verde”. A comunidade se caracteriza por uma agricultura intensiva, em que se destacam as atividades de olericultura - orientada para comercialização com a CEASA - a avicultura e a fumicultura – realizadas por meio do sistema de integração. Isso que qualifica Santo Amaro como uma comunidade de agricultura moderna resultou de um processo recente de reconversão produtiva com forte presença tanto da iniciativa privada quanto do Estado. A reconstrução dessa trajetória de transformações revelou aspectos importantes da relação sociedade e natureza, necessários a compreensão das atuais configurações territoriais desta localidade.

A comunidade de Postinho situa-se na Serra do Mar, no município de Tijucas do Sul, limite do estado do Paraná com Santa Catarina. A comunidade é formada por produtores de fumo que mantêm uma agricultura de subsistência e se ocupam em diversas atividades agrícolas (especialmente reflorestamentos de pinus) e não agrícolas. As precárias condições socioeconômicas dos agricultores desta localidade, aliadas à abundância de recursos naturais e aos modelos produtivos ali existentes, criaram uma situação de tensão permanente entre produção e preservação, engendrando novas relações sociais e recompondo, continuamente, este território.

Tomando como referência as abordagens desenvolvidas por Jollivet (1997), Alphandery (1999), Santos (2001) e Perrier-Cornet (2001) no que se refere à produção do espaço rural e sua relação com o meio ambiente, o estudo evidenciou a multiplicidade de atores (públicos e privados) que atuaram na recomposição destes espaços, sublinhando que se trata de um território em constantemente disputa.

Neste contexto, a referida análise interpretou o meio ambiente como elemento constituinte de um “patrimônio”, distinto, portanto, das perspectivas de proteção expressas pela legislação, que o tomam como um espaço de “reserva” ou como um “recurso”, mas igualmente distinto das concepções das empresas integradas que atuam nos espaços rurais em questão para as quais o meio ambiente é apenas meio de produção e de reprodução do capital. Neste aspecto são destacadas as disputas que envolvem as formas de apropriação dos espaços rurais, pelos diferentes agentes, configurando um território diversificado, cujos preceitos ambientais nem sempre estão contemplados.

1 A RECOMPOSIÇÃO DO AMBIENTE RURAL NA MODERNIDADE

O presente trabalho discute as formas pelas quais a noção de proteção ambiental se insere no processo de reprodução da agricultura familiar, evidenciando como a adoção de preceitos ambientais, previstos na legislação ambiental e nas políticas públicas que incidem sobre o rural ocorre de forma conflituosa e muitas vezes contraditória com os propósitos de conservação. As categorias de meio ambiente e rural são apreendidas aqui no seu aspecto relacional, constituindo uma perspectiva analítica que impede uma visão “ambientalizada” do rural, isto é, que tenda a reduzir tudo que envolve o rural à noção de meio ambiente e/ou vice-versa.

Mormont (1997), ao analisar a relação entre o rural e meio ambiente na Bélgica afirmou que: “o meio ambiente é um modelo de referência para pensar a ruralidade contemporânea (p. 37), ele não se agrega apenas às questões rurais e agrícolas clássicas, ele as reformula e as recompõe” (p. 40). Já para Jollivet (1997) a investigação das interfaces entre o rural e o meio ambiente constrói uma nova categoria de rural:

[...] A de um rural formado, permeado, estruturado, dinamizado, mesmo de forma conflituosa, pela referência ambiental e pelo projeto e sentido que esta referência veicula [...] Seja pela idéia de uma agricultura sustentável, seja por uma nova concepção de arte de morar no espaço de trabalho e no espaço doméstico- uma nova forma de tratar e gerir uma natureza próxima e cotidiana, uma nova maneira de apreciar as amenidades que ela traz (JOLLIVET, 1997, p. 365).

Nesta reflexão o autor evidenciou a maneira difusa por meio da qual se insere a referencia ambiental no meio rural, podendo ou não envolver o sistema produtivo. Sob este aspecto, observa-se que em muitos casos os sistemas

produtivos, embora tecnicamente mais sofisticados, se distanciam do que se poderia chamar como ambientalmente corretos, na medida em que reduzem a biodiversidade e instalam monoculturas no lugar da diversificação produtiva, como nos dois casos a serem analisados nesse artigo. Jollivet (1997) mostra que as novas funções do rural também podem contribuir para pôr em evidência sua importância no que se refere aos desafios ambientais. Para o referido autor o rural tem um lugar privilegiado no entendimento da relação sociedade/natureza, pois é no meio rural que está a maior parte dos solos, da água, da biodiversidade, de modo que ele constitui, por excelência, o ponto de contato entre sociedade e natureza. Por isso, Jollivet afirma que o debate sobre meio ambiente vem reiterar o papel do meio rural nos processos mais gerais de desenvolvimento da sociedade o que, no caso europeu, por exemplo, tem contribuído para sua ressignificação e para a valorização das populações rurais. Nesse sentido, deve-se considerar que no caso brasileiro a recomposição dos espaços rurais em curso traz consigo contradições que se evidenciam quando se analisa situações que caracterizam um tempo pré-moderno e um moderno. O ecológico presente no pré-moderno necessariamente não se recompõe no moderno.

As evidências do imbricamento entre o rural e meio ambiente se confirmam, para Jollivet (1997) com a implementação de diversas práticas de ordenamento territorial rural, pela criação de áreas protegidas nestes espaços, pelo crescimento de restrições do uso dos solos e dos recursos naturais, mas também pelo surgimento de novas idéias de natureza e de meio ambiente, produzindo e reproduzindo outras formas de viver o rural, de viver no rural.

A definição de meio ambiente, elaborada por Mormont (1997), revelou bem o grau de complexidade da relação com o rural.

O meio ambiente é antes de tudo **um território**: ele é não somente uma força produtiva, mas também a **base das identidades locais e regionais** que podem sustentar os projetos de desenvolvimento e as dinâmicas locais [...] (p. 34) constitui um modelo de referência para pensar a ruralidade contemporânea: **as relações entre o rural e urbano**, mas também a diversidade de atores, de usos, de saberes, de representações e técnicas a partir de diferentes campos (MORMONT, 1997, p. 37, grifos nossos).

Neste aspecto o meio ambiente se constitui em uma categoria transversal, pois coloca em evidência o fato de que, mesmo quando as preocupações ambientais não surgem no meio rural elas acabam sendo projetadas sobre ele. As dimensões assumidas pelo rural face às questões ecológicas levaram Mormont (1996) a

afirmar que nas sociedades modernas, o meio ambiente é a linguagem potencial de uma reconceitualização¹ sociopolítica do rural, conformando-se como fonte possível de sua recomposição e revalorização. Para ele as interdependências ecológicas reatribuem (à questão rural) uma significação, porque “o espaço rural é uma questão de apropriação e de gestão, cuja importância tende a englobar as estratégias de desenvolvimento, tanto para a agricultura, quanto para outros setores (MORMONT, 1996, p. 40)

Wanderley (2000) concordou com Mormont sugerindo que a assimilação do meio ambiente ao meio rural estabelece o diálogo com as cidades em um novo patamar, dado pela importância que a natureza assume, em particular para os habitantes dos centros urbanos. Neste sentido, o meio rural pode passar a ser visto como “valor indispensável” ao futuro da sociedade, que assim se dispõe a lhe consagrar os recursos necessários, ao mesmo tempo em que os atores rurais podem passar a assumir novas funções sociais, precisamente como “mediadores entre a sociedade global e os espaços rurais”.

As reflexões sobre o rural europeu, considerando o ambiente natural, constituem importante referência para se pensar o processo de reconstrução socioambiental do rural brasileiro. No entanto, deve-se considerar que o processo de modernização na Europa situa-se num estágio, cujos espaços produtivos atingiram um grau de homogeneidade sociotécnica não verificados no Brasil. Mesmo em regiões próximas a grandes centros urbanos como a Região Metropolitana de Curitiba, encontramos espaços diversificados que revelam tempos sociais que antecedem a modernização intensiva. Nesse sentido, para Wanderley (2005)² o projeto ecológico representou a possibilidade de incluir os elementos deixados para trás pela modernização, constituindo-se numa força propulsora capaz de colocar em curso uma modernização socialmente definida. Essa recomposição do rural por meio do projeto ecológico lhe situa, no quadro mais geral do desenvolvimento, como um *locus* privilegiado, na medida em que é destacado seu papel na conservação da diversidade ambiental, na garantia de segurança alimentar, na conservação da paisagem, na reconstrução da vida social etc. Como bem frisou Jollivet (1997) “é lá que se busca um ambiente de qualidade para as estratégias de localização, para

1 Ferreira (2002) em seu texto, Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade analisa as especificidades do rural brasileiro, evidenciando como o conceito de meio ambiente no rural europeu tem permitido sua ressignificação, tanto do ponto de vista da valorização do espaço quanto de sua população.

2 Conferência realizada em 25.08.2005 na UFPR, como atividade do Centro de Estudos Rurais (CERU).

o lazer e também de qualidade alimentar” (p. 354). Justamente por isso o rural se constitui como “um portador de reivindicações e fonte de inspiração para uma argumentação crítica do desenvolvimento econômico” (MORMONT, 1997, p. 26).

Estas perspectivas têm permitido um novo olhar sobre o mundo rural, fazendo-o reemergir como “território do futuro” (JEAN, 2000) como um “espaço de encontro” (MATHIEU, 1999) e de possibilidades, sobrepondo-se às concepções hegemônicas que o tomam como espaço de precariedade e atraso. Sob estes aspectos evidencia-se que a crise ecológica acabou por transformar o meio ambiente rural, numa categoria importante criando possibilidades de pensar os espaços rurais a partir de outras perspectivas constituindo um cenário de novos desafios. Como bem sublinhou Jollivet (2001) “a noção de meio ambiente pode fazer surgir uma espécie de ‘ruralismo utópico’ [...] a realização de um rural utópico, ao lado de uma indústria limpa, com suas águas limpas, seus rios e suas paisagens conservadas [...]” (2001, p. 357).

Mas quais os sentidos ou quais as orientações que esta assimilação do rural ao meio ambiente, tem tomado no âmbito da agricultura familiar, no caso brasileiro?

Para Brandenburg e Ferreira (2004) Carmo (1998) Jean (2002) Menezes (1998), neste processo de recomposição do rural, os agricultores familiares assumiam uma posição privilegiada, uma vez que as características intrínsecas de sua forma social de produção os tornavam mais próximos dos propósitos de sustentabilidade, principalmente considerando suas especificidades em relação à agricultura de grande escala.

Na agricultura familiar a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família, e a interdependência desses três fatores no funcionamento da unidade produtiva engendra necessariamente noções como: transmissão de patrimônio e a reprodução da produção (LAMARCHE, 1993). Para Wanderley (1996), a combinação destes fatores não era apenas um detalhe. Para a autora, isto tinha consequências para a forma como esta agricultura age econômica, socialmente e, pode-se acrescentar também, ambientalmente. A interdependência entre família, trabalho e propriedade constitui nesta perspectiva, a base para explicar a capacidade de adaptação da produção familiar às diferentes situações, que no desenvolvimento de estratégias de sobrevivência, diversificam o rural. Por tais atributos os agricultores familiares são concebidos, na literatura sobre o rural, como uma categoria privilegiada capaz de levar a cabo a reconstrução do rural a partir

de uma perspectiva socioambiental. Mas se por um lado os agricultores familiares são concebidos como protagonistas potenciais de um rural mais sustentável, por outro são também sublinhadas as contingências desse processo.

Buscando reconstituir a trajetória do campesinato no Brasil, Wanderley (1996) afirmou que a história do campesinato é o registro da luta para conquistar um espaço próprio na economia e na sociedade, uma luta que se expressa na reivindicação por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família e que se fez, quase sempre, sob o signo da precariedade estrutural (WANDERLEY, 1996, p. 16). Precariedade essa que se evidencia de forma mais expressiva no caso da comunidade de Postinho. Em face dessa situação os agricultores buscam alternativas de sobrevivência e de melhoria de suas condições de vida dentro de uma lógica inerente à agricultura familiar e camponesa.

É nesta perspectiva que o conceito de patrimônio sócio-cultural assume importância no âmbito da agricultura familiar. Para Wanderley o duplo sentido de uma atividade produtiva gerou um saber específico que transmitido para futuras gerações serviu de base para o enfrentamento – vitorioso ou não – das precariedades por elas encontradas. Para a autora uma das dimensões mais importantes da luta camponesa é a “constituição de um território familiar”, um lugar de vida social, biológica e trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores³. Considerando as demandas cada vez mais crescentes pela conservação dos recursos naturais, ou a demanda por natureza, seja no meio urbano, seja no rural; poder-se-ia perguntar de que maneira tais preocupações integram a constituição deste “território familiar” ou deste “patrimônio sociocultural” e de que forma influenciam na reprodução desta agricultura.

2 MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA FAMILIAR NUM CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO TARDIA: O CASO DA COMUNIDADE DE SANTO AMARO

Santo Amaro situa-se no município de Mandirituba, área limítrofe a Curitiba, e faz parte do chamado “cinturão verde”. A população da comunidade de Santo Amaro está estimada em 300 pessoas⁴, sendo mais ou menos 45 famílias

3 Essa é noção de território que é utilizada nesse artigo: um lugar de vida social, biológica e trabalho.

4 Segundo dados da pesquisa, considerando apenas a população entrevistada, tem-se um número de 215 pessoas. Este número de trezentas pessoas é uma estimativa que incluiu os trabalhadores volantes que residem na comunidade, os proprietários de chácaras e de pequenos comércios.

de agricultores de origem “cabocla”. Quanto às condições socioeconômicas, as famílias possuem uma renda média anual próxima a 8 mil reais. As condições de moradia e acesso a serviços de educação também são bastante favoráveis, considerando os demais municípios que compõem a RMC. Por tais características é considerada, pelo poder público municipal, um exemplo de êxito e modernização, uma vez tais condições foram oportunizadas pelas políticas públicas implementadas nos últimos 20 anos, processo que será detalhado mais adiante.

Quanto ao processo de constituição dessa comunidade ele data de aproximadamente um século e está relacionado à formação dos chamados sistemas faxinais que marcaram a ocupação dos espaços rurais no sul do Brasil. O faxinal é um sistema⁵ de produção no qual a uma área de floresta, destinada ao uso coletivo, se associa a criação de animais (de domínio privado), a produção de subsistência (aos arredores) e o extrativismo. Segundo Carvalho (1984), a área coletiva era constituída por várias parcelas de terra de distintos proprietários, formando um espaço contínuo, como foi o caso do antigo faxinal da comunidade de Santo Amaro. Para Chang (1985, p. 1 e 2), o faxinal se constitui em:

Um sistema de produção familiar que apresenta os seguintes componentes: a produção animal – a criação de animais domésticos, tanto para o trabalho, quanto para o consumo próprio, na técnica a solta em criadouros comuns, destacando-se, os eqüinos, suínos, caprinos e aves domésticas; a policultura alimentar – lavouras de subsistência vizinhas ao criadouro, destacando-se o milho feijão, arroz batata, cebola e a coleta da erva-mate – o mate nativo se desenvolve dentro do criadouro e é coletado durante o inverno, desempenhando papel de renda complementar, tanto pra o proprietário na venda do produto, quanto para os empregados, na remuneração da sua força de trabalho. O que torna o Sistema Faxinal um caso único é a sua forma de organização. Ele se distingue das demais formas camponesas no Brasil pelo caráter coletivo no uso da terra para a produção animal. A instância do comunal é consubstanciada, nesse sistema, em forma de criadouro comum.

5 A origem desse sistema é um aspecto bastante controverso. Chang (1985) mostra que os faxinais se originaram há mais ou menos um século no Paraná em um momento de grande crise de mão-de-obra no meio rural. Ela advoga que a falta de mão-de-obra para os trabalhos na lavoura principalmente em função do fim do tráfico de escravos e da expansão da economia cafeeira em São Paulo, que absorvia grande parte da mão-de-obra imigrante, fez com que os proprietários de terras no Paraná, cedessem parte de suas áreas a trabalhadores, estabelecendo-os ao seu redor. Garantindo a subsistência desta pequena população, podiam também dispor de sua força de trabalho. Gevaerd (1986) atribui a organização dos faxinais, à origem celta dos imigrantes, fazendo uma associação entre os pastos coletivos desta população (compáscuo) e o aspecto comunal na criação de animais desenvolvido nos faxinais. Também Nerone (2000) analisando o tema buscou estabelecer uma correspondência entre os faxinais e as terras comunais europeias, sobretudo, as da Península Ibérica.

O que é interessante observar neste sistema é a relação sociedade/natureza que ele encerra, ou seja, as formas de articulação entre os aspectos sociais e ambientais como uma estratégia importante para a reprodução desta forma tipicamente camponesa de agricultura familiar. Nos faxinais as moradias eram estabelecidas ao redor desta área comum, também denominada de “criador” pelos agricultores, onde estes podiam dispor de água, de lenha, dos seus animais ali locados, fazer pequenas hortas, mas ao mesmo tempo, podiam dispor das relações sociais, facilitadas por esta forma de organização. Os mutirões para plantio, para colheita, as relações que permitiam suas esparsas comercializações, todas estas relações intercomunais, eram facilitadas pelo sistema faxinal. Através da manutenção deste sistema construíam e expressavam sua identidade.

Até o início dos anos 1980, a reprodução social e econômica dos agricultores da comunidade de Santo Amaro dependia basicamente da produção de grãos (milho e feijão) combinada com a criação de animais (aves, suínos, gado leiteiro - no sistema faxinal) e a produção de frutas e legumes para o consumo familiar. Segundo informação da pesquisa, no final da década de 1980, apesar da proximidade, eram poucos os agricultores que comercializavam seus produtos através da CEASA em Curitiba.

A história das transformações desta comunidade teve início com a substituição da antiga estrada de terra, uma das principais do município, por uma nova rodovia. Esta obra deu novas configurações espaciais à comunidade e oportunizou, ao mesmo tempo, novas formas de sociabilidade. Por um lado, a estrada propunha um ordenamento territorial cujos padrões diferiam profundamente daquele do sistema faxinal (em forma de espiral), por outro, permitiu maior mobilidade espacial da população, inclusive com o grande centro e atraiu para a localidade uma grande quantidade de proprietários de chácaras. Se o ordenamento territorial do sistema faxinal baseava-se no cuidado coletivo dos recursos naturais, embora estes fossem privados, a partir da obra da estrada, que marcou o início da fragmentação deste sistema, configurou-se um tratamento cada vez mais privado dos recursos, acirrado pelo estabelecimento das pequenas chácaras.

Além das novas configurações territoriais da comunidade dadas pela abertura da estrada, logo as exigências de saúde pública, ancoradas em supostos indícios de cisticercose na localidade, viriam pôr fim nos sistemas faxinais que haviam subsistido à construção da rodovia. Mas, apesar do fim deste sistema, continuavam a se reproduzir práticas de criação de animais, completamente

dissonantes com os preceitos sanitários, e o que era pior, por orientação dos extensionistas da EMATER. Isso suscitou muitos questionamentos por parte dos agricultores, sobretudo no que se referia à veracidade dos problemas identificados pela vigilância sanitária. Que interesses estariam na base desta determinação, uma vez que até aquele momento se tratavam apenas de suspeitas? Contudo, estas foram suficientes para ensejar uma ação massiva de combate ao sistema faxinal. As orientações das políticas públicas municipais, logo em seguida a fragmentação dos faxinais, só fizeram aumentar a desconfiança dos agricultores em relação à possível “construção de uma epidemia”. A partir da década de 1990, as políticas de desenvolvimento rural do município se pautaram em três eixos:

(a) Processo de conversão produtiva baseado na olericultura e avicultura no sistema integrado, implicando também numa mudança da base técnica. (b) A integração progressiva ao mercado metropolitano, com a maior parte da produção direcionada para a comercialização na CEASA; (c) A construção das chamadas “lavadeiras”, que consistem em estruturas onde se realizam a lavagem, a seleção dos produtos agrícolas e a embalagem dos mesmos (SOUZA, 2005, p. 79).

Conforme dito anteriormente, atualmente todo o sistema produtivo da comunidade de Santo Amaro desenvolve-se em torno de três culturas: a fumicultura em menor escala, sendo apenas três agricultores integrados; a avicultura de corte que integra sete famílias e a olericultura; da qual fazem parte aproximadamente 70% dos agricultores.

Com o fim dos faxinais e o desenvolvimento destas modalidades se alteraram radicalmente as configurações territoriais da comunidade, transformando também a relação dos agricultores com o seu “ambiente próximo” (JOLLIVET, 1997). A introdução de novas tecnologias ou a novas formas de integração ao mercado, antes de constituírem um aspecto técnico, resultaram de mudanças profundas no modo de vida dos agricultores. Como observou Santos (2003, p. 68), “cada técnica propõe uma maneira particular de comportamento, envolve suas próprias regulamentações e, por conseguinte, traz para os lugares novas formas de relacionamento [...] É assim que se alteram as relações sociais dentro de cada comunidade”.

Sob este aspecto Moreira (1999) advogou que o conteúdo destas relações será sempre diferenciado, pois os atores sociais se encontram em posições econômicas, políticas, sociais distintas e definem tais conteúdos a partir destes posicionamentos. Em se tratando de agricultores familiares, tais transformações tomam dimensões profundas, posto que para este segmento, a natureza não se apresenta apenas como recurso, mas como meio de vida. Contudo, segundo Santos

(2003), a técnica tende a mitificar essa relação, porque ao se mostrar como enigma ela comanda nossa vida, nos impõe relações e modela nosso entorno, administrando nossa relação com o entorno.

Em Santo Amaro, a mudança neste entorno próximo possibilitou novas formas de apreensão da natureza, de concepções de espaço e do tempo, por parte dos agricultores. Em seus relatos estas mudanças se circunscrevem a momentos bem específicos. Embora as exigências de saúde pública, conforme citado anteriormente, tivessem alterado profundamente esse ambiente próximo, foi a integração à avicultura que marcou a desagregação definitiva do sistema faxinal, pois as formas como estavam dispostas as propriedades no espaço físico da comunidade dificultavam o transporte de aves. Assim, tanto a localização das moradias bem como os lugares destinados a instalação das granjas, foram reorganizados de modo a atender as necessidades das empresas integradoras⁶. Como advertiu um agricultor: “o pessoal da granja achava muito ruim ter que abrir todas aquelas porteiras”. Com o fim das porteiras, abriram-se as portas para uma agricultura moderna, diferente do “modo caboclo, arcaico” de praticar agricultura, como frisou um dos técnicos da prefeitura.

Analisando o impacto ocasionado pela instalação de empresas em determinados territórios, Santos (1997, p. 85) afirmou que: “tudo que existia antes da instalação das empresas é convidado a adaptar-se as suas formas de ser e agir, mesmo que provoque, no entorno preexistente, grandes distorções, inclusive a quebra de solidariedade social”. O autor advogou que se anteriormente a solidariedade da comunidade era orientada por uma espécie de solidariedade horizontal, que se alimentava historicamente das necessidades do grupo, com a chegada das empresas se impõem uma espécie de solidariedade vertical, advinda das necessidades da mesma, o que parece bastante evidente neste caso.

Como se disse anteriormente, o espaço do sistema faxinal representava a cristalização de relações sociais vividas intensamente por esta comunidade. Através dele os agricultores supriam suas necessidades materiais e alimentavam uma vida social fortemente ancorada na cooperação. Por meio dos mutirões, puxirões e todo

6 Vale lembrar que a integração avícola é bastante seletiva, estabelecendo-se somente nas localidades que apresentam infraestrutura adequada, como boas estradas, mas também disponibilidade de recursos florestais que garantam a manutenção das granjas. A proximidade com a sede onde o produto é industrializado também é componente importante. Assim como observou Milton Santos (2003, p. 84) “há, todavia, sempre, uma seletividade nessa difusão, separando os espaços da pressa daqueles outros propícios à lentidão”.

um conjunto de práticas a eles associados (cantorias, formas de divisão do trabalho, experiências com trabalho etc.) reatualizavam sua identidade camponesa. Nesse sentido, o faxinal constituía uma espécie de patrimônio, que abrangia dimensões sócio-culturais e naturais. O natural estava articulado ao social ao cultural e ao econômico. Um patrimônio coletivo porque construído com a participação da família e da comunidade.

As mudanças no sistema produtivo tornaram as relações sociais na comunidade mais efêmeras à medida que as atividades possuíam um caráter mais individual, disciplinado e especializado configurando-se numa situação de evidente quebra de solidariedade social. Essa quebra se refletiu também na gestão dos recursos naturais. Se no sistema faxinal a mesma ocorria de forma coletiva, não evidenciando a separação entre produção e conservação, no novo sistema isso se tornou proeminente. O desenvolvimento simultâneo das atividades de avicultura, fumiicultura e olericultura corroborou em grande medida para separar e opor a produção à conservação. Esse processo é evidente nas concepções dos agricultores a respeito do desenvolvimento destas atividades.

Na avaliação dos agricultores a fumiicultura só era positiva, e ainda com ressalvas, do ponto de vista do retorno econômico. Nos mais, esta era concebida como principal causa da penosidade do trabalho da família tanto por exigir a extensão da jornada de trabalho de seus membros e a inclusão de crianças na produção quanto por causar o envenenamento de vários agricultores. Além disso, a fumiicultura atribuía-se os problemas de má fertilidade do solo, de contaminação do mesmo e dos cursos d'água, em função da quantidade de insumos utilizados para sua execução.

De um modo geral, a leitura que os agricultores faziam dos processos de integração era bastante difusa. Ao mesmo tempo em que a chegada dessas empresas aparecia como significado de modernização, a elas também se veiculava certa concepção de riscos sociais e mesmo ambientais. O relato de uma agricultora revela bem este aspecto:

Queria ver o que esse pessoal do fumo ia comer, porque fumo dá dinheiro, mas não se come fumo [...] você pode até fazer isso, mas tem que plantar para o gasto, o que é bem difícil porque o fumo consome todo o trabalho da família, então [...] não dá pra gente se pôr no fumo, não dá para por as crianças no fumo.

Também os fumiicultores eram concebidos como os maiores utilizadores de agrotóxicos, por grande parte dos agricultores, inclusive por aqueles que já haviam

plantado fumo, antes das grandes mudanças no sistema de produção. No entanto, entre os ex-fumicultores um fator parecia bastante interessante. Estes faziam referências aos malefícios provocados pelo uso intensivo de agroquímicos tanto sobre as lavouras, quanto sobre a saúde da família, mas afirmavam não observar diferenças significativas entre a fumicultura praticada, anteriormente por eles, e a olericultura de hoje, praticada pela maioria dos agricultores da comunidade. Para eles a olericultura demandava tanta utilização de agrotóxicos quanto o próprio fumo. Mesmo entre os olericultores esse posicionamento era significativo. Embora tais concepções pudessem evidenciar certa “preocupação ambiental” entre os agricultores essas não eram concepções predominantes.

Na realidade grande parte deles se via apenas respondendo aos requisitos da “produção moderna” na agricultura, em que o uso intensivo de insumos, é subjacente. Segundo um técnico da prefeitura, a utilização intensiva de agrotóxicos por parte dos agricultores familiares se configurava quase como uma questão de status social. Segundo ele, “a cultura do veneno aqui é muito forte [...]. Os agricultores travam uma espécie de disputa para ver quem utiliza mais agrotóxico e, entre estes, quem usa o mais forte”. Sob este aspecto, tais práticas eram concebidas como elemento que qualificava os agricultores, na medida em que constitui uma forma de o agricultor afirmar seu pertencimento a uma agricultura moderna, diferente daquela que praticava anteriormente, a qual associava um passado de fome e pobreza. Como revelou um agricultor: “o povo levantou dinheiro, antes tinha fome, hoje tem trabalho, granjas, estufa de fumo, lavadeira [...] é o progresso”.

A exceção a essa forma intensiva de produção que buscava alijar-se dos processos “naturais” se encontrava no tratamento dado aos produtos cultivados para o consumo da família e isso se aplicava para a maioria dos agricultores de Santo Amaro. A horta caseira, diferentemente do restante da produção, ainda era tratada “à moda antiga”. Como expressou uma agricultora quando perguntado sobre a utilização de agrotóxicos no âmbito da sua unidade de produção: “neste não vai veneno porque não é para vender” evidenciando que existia uma distinção importante entre o tratamento dado aos produtos de consumo da família e aqueles que se destinados ao mercado.

No caso da comunidade de Santo Amaro, semelhante ao que ocorria à época dos faxinais, onde se estabelecia “a terra de morar” e a “terra de plantar” atualmente, o correspondente a terra de morar é o espaço da família, incluindo o espaço produtivo necessário a sua reprodução, enquanto a terra de plantar é

o espaço do mercado. A autonomia relativa que goza a agricultura familiar face aos processos mais gerais, inclusive no que se refere ao uso dos seus recursos naturais (também produzidos) vem sendo diminuída, mas encontra formas e espaços para se desenvolver. Portanto, mesmo quando um agricultor familiar se vê submetido à lógica mercantil, que busca determinar como e com que intensidade se deve produzir a lógica da economia camponesa não é suplantada. Claro que são lógicas que concorrem num mesmo espaço (social, político, geográfico), mas é o caráter familiar desta forma de organização que lhe permite racionalizar de outra perspectiva.

Interessante observar que essas transformações ocorreram simultaneamente à ampliação das exigências ambientais, tanto por meio de políticas específicas de conservação, em que se destacam a política de proteção dos mananciais, a criação do Sistema de Unidades de Conservação (SNUC) etc., bem como pela incorporação de preceitos ambientais nas políticas agrícolas, como no caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Significa dizer que estas não foram suficientes para colocar em curso um sistema produtivo com bases mais sustentáveis e que mantivesse articulado as várias dimensões (social, cultural, técnica e econômica) tal como no sistema faxinal. Nas condições de modernidade, no entanto, é comum essa coexistência de um espaço onde a natureza é conservada juntamente com um espaço onde a natureza serve de substrato para a reprodução de uma lógica mercantil que desestrutura racionalidades orientadas para a conservação ambiental. Autores como Moreira (1999), Acserald (2002), Diegues (1996) afirmavam que o modelo da agricultura moderna é perfeitamente compatível com a concepção de conservação contemporânea, em que a conservação figura como um aspecto exterior ao processo produtivo e não como aspecto que lhe é inerente.

Nesse sentido, pode-se supor que as exigências de estabelecimento de áreas de proteção florestal, previstas pelo Código Florestal, de áreas de proteção de mananciais e de outras modalidades de proteção como as unidades de conservação, embora tenham um papel importante, podem criar uma falsa noção da proteção, uma vez que ao lado destas “ilhas” de preservação (DIEGUES, 1996) se desenvolvem práticas produtivas predatórias. Santos (1997, p. 23) advogou que “a criação da reserva se constituiu contra o império do medo criado pelo uso indiscriminado da técnica, onde “a incursão da agricultura e da indústria ameaçam transformar [...] rapidamente a terra em algo irreconhecível. A reserva se destina a manter o velho estado de coisas que foram lamentavelmente sacrificadas”.

Observa-se que as políticas de conservação valorizam uma concepção na qual a natureza permanece entrincheirada em guetos, em que predomina uma perspectiva de natureza *especial* em detrimento de uma natureza ordinária (JOLLIVET, 2001). Esta concepção proposta por Jollivet tira a noção de sua excepcionalidade situando os problemas ambientais no cotidiano, no ambiente próximo. Nesta perspectiva a natureza não fica circunscrita a fragmentos da unidade produtiva, mas compõe o próprio processo produtivo, à medida que está implícita a não produção do risco.

O relato de um agricultor sobre essa contradição entre espaços destinados à produção e espaços de preservação é bastante esclarecedor: “Antes a gente queimava e enterrava tudo. Hoje eles (o governo) se preocupam com a embalagem, mas não se preocupam com o conteúdo que vai à lavoura. Quando a gente escuta que tem que cuidar disso dá vontade de rir [...] a gente fica quieto porque como vai discutir isso?”

É evidente neste caso, que a ideia de proteção de natureza se circunscreve no fato de respeitar as reservas florestais e os cursos d’água, não guardando uma relação mais efetiva com o próprio processo produtivo. Para os agricultores que vivem esse processo de modernidade tardia em Santo Amaro, prevalece uma concepção normativa e fragmentada sobre o seu entorno. Esse mecanismo de proteção, ancorado nos objetos; a água, as florestas, ao invés de contribuir para outra forma de apreensão da natureza, acomoda as demandas de meio ambiente em um espaço restrito despolitizando os problemas ambientais. É por isso que Diegues (1994) fala de uma ideia ingênua de proteção da natureza.

3 MEIO AMBIENTE E REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM UM CENÁRIO DE POBREZA: O CASO DA COMUNIDADE DE POSTINHO

As situações mencionadas acima se reproduzem também no caso da comunidade de Postinho. A referida comunidade possui 130 famílias com uma população estimada em 500 pessoas predominantemente de origem cabocla. Apenas 35 famílias se reconhecem como agricultoras sendo que as demais trabalham nas atividades de reflorestamento para a empresa Comfloresta que atua em toda a RMC. Remanescente de um antigo faxinal, a comunidade de Postinho se configurou a partir de quatro atividades produtivas: a atividade reflorestadora com o *pinus*, a fumicultura, a atividade carvoeira e a agricultura de subsistência.

Os principais produtos cultivados na comunidade são: feijão (90%), milho (90%), mandioca (34%), fumo (31%) e inhame (15%), produtos orientados, com exceção do fumo, para o auto-consumo.

A pinucultura se estabeleceu na região na década de 1970, logo após o final do ciclo da madeira quando as madeireiras se retiraram da região⁷. A instalação das companhias reflorestadoras se fez a partir da compra de terras da população e mesmo da expulsão de agricultores, uma vez que grande parte destes não possuía como ainda não possui a titulação da terra. À época do plantio muitas pessoas foram atraídas para a localidade, mas como esta cultura necessitava de mão-de-obra em períodos bem espaçados e em atividades específicas, foi somente nos últimos 10 anos, quando a plantação de *pinus* atingiu tamanho de corte, que a atividade voltou a mudar a dinâmica da comunidade do Postinho. Foi também neste mesmo período que as exigências da vigilância sanitária pautadas nos problemas de saúde pública, pressionaram os agricultores para acabar com os criadores coletivos, da mesma forma como ocorrera em Santo Amaro, o que também coincidiu com a investida das empresas integradoras de fumo na região.

A pinucultura, que a princípio constituía uma atividade externa aos estabelecimentos, não tardou a se estender até as áreas de agricultura familiar com as quais se avizinhou. Estimulados pelas possibilidades econômicas da atividade e pela ideia disseminada entre os agricultores de que era necessário “garantir a sua aposentadoria”⁸, muitos agricultores passaram a destinar parte de suas áreas ao reflorestamento de *pinus*. Como as unidades produtivas além de serem pequenas tinham relevo bastante acidentado, frequentemente esta extensão se fazia ou diminuindo as áreas de plantio de subsistência ou por meio da retirada de mata nativa. Por esta razão os agricultores da comunidade de Postinho eram sistematicamente multados pela Polícia Florestal.

7 Esta atividade compunha parte do Plano Nacional de Desenvolvimento levada a cabo pelo governo militar. A ideia era desbravar áreas de florestas nativas para que o progresso chegasse, gerasse empregos e desse renda à população desses campos. A partir de 1972 o governo federal começou a injetar recursos públicos na atração de empresas estrangeiras para o desbravamento. Em 1975 chegava a Santa Catarina a Brascan, uma empresa canadense especializada em reflorestamento. A empresa, mais tarde rebatizada de Comfloresta, adquiriu grandes áreas de mata atlântica na região Norte catarinense e também paranaense, compradas de agricultores que, em seguida, mudavam-se para a cidade. A introdução do pinus - árvores nativas do Canadá - mudou as características da fauna e flora da região e foi o pilar para o desenvolvimento econômico desses projetos de reflorestamento, sempre com o aval do antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Disponível em: http://an.uol.com.br/anverde/especiais/mat_esp04.htm. Acesso em: 17 dez. 2005.

8 Esta é a chamada do site das empresas reflorestadoras.

Segundo os técnicos dos municípios de Mandirituba e Tijucas do Sul, a partir de 2005, as empresas reflorestadoras, através da Tafisa, subsidiária da Comfloresta, passaram a fazer acordos de cooperação com os municípios para ampliar as áreas de plantio, nas terras de agricultura familiar. O interessante é que o convencimento dos agricultores foi feito por intermédio dos próprios extensionistas da EMATER. Evidentemente para a companhia reflorestadora esta “cooperação” possuía um custo muito menor do que a compra de novas áreas para plantio, a contratação de mão-de-obra para a atividade, a obtenção de autorização para plantio e, posteriormente o corte. Sem contar a evidente transferência dos riscos ambientais e sociais do empreendimento para os agricultores.

Valendo-se das condições socioeconômicas dos agricultores e da baixa participação política destes, estas empresas encontraram um terreno fértil para o desenvolvimento de estratégias como estas. Nesse contexto, transferiam o ônus do empreendimento para um segmento social que se encontrava numa posição desprivilegiada no que se relaciona também a possibilidade de se defender, já que eram frequentemente multados pelos órgãos de fiscalização ambiental. Para Jean (2000) se configurou, nesse contexto, um processo de judicialização das questões ambientais que coloca de maneira cada vez mais sistemática os agricultores no banco dos réus.

Com a pressão da legislação ambiental, também as empresas integradoras de fumo passaram a ceder mudas de pinus para os agricultores de modo a garantir a continuidade da atividade. No caso da comunidade de Postinho essa “cooperação” entre agricultores e indústrias de tabaco não era até recentemente tão explícita, pois parecia existir certa cumplicidade por parte das empresas de fumo nas estratégias “ilegais” desenvolvidas pelos agricultores que, mesmo sob fortes restrições retiravam mata nativa de suas áreas ou das áreas de parentes para produção de lenha. Com possibilidade de ter a produção de fumo comprometida as empresas passaram a fornecer as mudas de *pinus* para o reflorestamento.

Assim conforma-se uma relação bastante paradoxal entre as empresas de tabaco, a Comfloresta e a comunidade de Postinho. As empresas tabagistas se afiguram como possibilidades de emprego, de mobilidade social, de estratégia de permanência na agricultura, mas também de trabalho precário. No caso da Comfloresta ao mesmo tempo em que os agricultores atribuem a ela a desagregação do seu território e das relações sociais que nele se inserem, a empresa é também razão de melhoria das condições de vida da comunidade. Os empregos gerados

na própria localidade, o incremento do comércio local, a abertura de estradas, a energia elétrica etc. tudo isso é atribuído à existência da Comfloresta e também às empresas de fumo.

Muitos agricultores declararam que antes da Comfloresta, as condições de vida na comunidade eram muito ruins e a principal dificuldade estava na falta de emprego. Enquanto os homens viajavam, a pé, para estado de Santa Catarina em busca de trabalho, ficando meses fora do estabelecimento, as mulheres e as crianças cuidavam das atividades da lavoura. As dificuldades deste período são relatadas pela maioria dos agricultores enfatizando principalmente, os problemas com o deslocamento, antes da chegada de uma infraestrutura mínima na comunidade. O fato de poder dispor hoje de trabalho, na própria localidade, criou um sentimento quase de gratidão para com a empresa reflorestadora. Apesar disso, grande parte do que os agricultores concebem como sendo problemas ambientais na comunidade são atribuídos às plantações de *pinus*.

O caso da percepção que os agricultores têm sobre a diminuição do volume e da qualidade da água, por exemplo, tem a ver com isso. Muitos agricultores não apenas declararam ter diminuído o volume d'água, como também afirmaram ter desaparecido antigas nascentes de suas propriedades. Ademais “muitas nascentes que antes se localizavam nas áreas de reflorestamento e que abasteciam as propriedades secaram”. Fenômeno observado também nas regiões vizinhas.⁹

Mas se por um lado os agricultores percebem as mudanças negativas ocorridas no seu ambiente próximo, por outro lado calam-se diante da chantagem do emprego¹⁰ (ACSERALD, 2002) de modo que as situações de desemprego criam

9 A reportagem do jornal Anverde sublinha bem esse aspecto: “Nos anos 70, mais de 80% era de área nativa. Depois, com a Comfloresta, esse número caiu para menos de 5%”, compara ele. Rocha lembra que os mananciais de água na região foram diminuídos em até 60% depois dos projetos de reflorestamento. “A gente plantava milho, feijão”, lembra o agricultor, que possuía uma área de 300 hectares na década de 70. O grande vilão da história, para ele, é uma espécie exótica que invadiu os campos catarinenses. “É o pinus, onde não se cria nada, nem cobra, nem passarinho. Acaba a vida. O cheiro é forte e intoxica os bichos, que passam longe”, reclamou o ex-agricultor, que hoje é uma espécie de “mateiro” e serve de guia para as incursões da Polícia Ambiental pela área” (LFA).

10 A reportagem a seguir mostra a forma como esses processos têm ocorrido no município que faz fronteira com a comunidade do Postinho: “A Comfloresta demitiu 150 trabalhadores em Campo Alegre nas últimas duas semanas, após colocá-los em férias coletivas. Os ex-funcionários entraram com pedido de seguro-desemprego no Sine de São Bento do Sul na semana passada. A empresa ainda mantém 290 empregados e aponta a oferta excessiva no mercado europeu como motivo para a crise. A Comfloresta fazia cercas de madeira e paralisou a produção à procura de novos mercados potenciais em outros nichos. O ano vai fechar com prejuízo, embora o resultado operacional seja positivo admite fonte da direção. A situação é socialmente grave e já causa apreensão na comunidade. A mendicância chegou às portas do hospital São

uma realidade extremamente desfavorável às demandas de um ambiente de melhor qualidade, relação evidente no caso de Postinho.

Quando se busca analisar os aspectos ambientais no âmbito da agricultura familiar o caso de Postinho conforma uma situação bastante reveladora das contradições do atual modelo agrícola. Apesar dos agricultores afirmarem sofrer uma forte pressão da legislação ambiental, com rigorosa fiscalização, sobretudo, no que se relaciona ao uso dos recursos florestais, a atividade do fumo - que depende desses recursos - é largamente desenvolvida sem constrangimentos. Entre as 32 famílias entrevistadas, 12 delas trabalham no sistema integrado à fumicultura e são as que estão em melhores condições socioeconômicas. Numa localidade fragilmente assistida pelo poder público, de difícil acesso, onde a renda anual de 34% dos agricultores é de R\$ 5000 anuais, as possibilidades que chegam a Postinho são quase sempre abertas pela iniciativa privada, seja através das empresas de tabaco ou das reflorestadoras, ou ainda, dos negociantes do carvão¹¹.

A atividade carvoeira também revelava um aspecto importante na relação sociedade natureza. Segundo dados da pesquisa, a queima de carvão na comunidade começou por volta de 1962 por iniciativa de um dos agricultores que teve experiência com esta atividade antes de vir morar na comunidade. A produção de carvão era a única alternativa de trabalho na localidade naquela época e mesmo depois da chegada das empresas de tabaco e da Comfloresta essa atividade subsistiu.

A atividade carvoeira se desenvolvia de duas formas: o próprio agricultor cuidava de todo o processo, desde a retirada da lenha até a queima ou, na outra situação, a matéria-prima era fornecida pelos comerciantes que apenas terceirizam a queima, repassando os riscos desta atividade à população, uma vez que, no caso de multas ambientais, seriam os agricultores que teriam que arcar com ônus da atividade. Aqueles que ainda dispunham de um pouco de lenha em sua unidade produtiva, recorriam a ela, de modo a garantir um lucro maior, já que estes eram bem inferiores quando os agricultores apenas realizam a queima¹².

Luís, de Campo Alegre, onde desempregados pedem comida. A Tafisa, sócia da Comfloresta, convocou assembléia geral extraordinária de acionistas para o dia 8 de dezembro. Em pauta, solução de emergência para a empresa. Disponível em: www.an.uol.com.br/2000/nov/news/article. Acesso em: 17 dez. 2005.

11 Além da Comfloresta, existe em Postinho reflorestadoras medianas como a do Muller que ocupa mais ou menos 400 hectares.

12 Conforme depoimento de um agricultor, se fosse um forno “de condição”, ou seja, em um tamanho adequado e bem construído, os “negociantes do carvão” pagavam R\$ 0,90 pelo quilo, só para a queima e R\$ 4,00, quando a lenha era do agricultor. Um agricultor afirmou, por exemplo, que quando estava muito evidente a retirada do mato, para não ser pego pela fiscalização, buscava a lenha em outras propriedades de sua família que se tornava sócia na atividade. Como

Do ponto de vista socioeconômico observa-se a importância que a produção de carvão representa na reprodução das famílias principalmente quando se considera que os ganhos com tal atividade são bem superiores aos obtidos na atividade agrícola. Assim a infração da lei ambiental aparece sempre como uma estratégia de reprodução para esses agricultores, seja retirando mata nativa, seja “queimando carvão”. Lentamente, o território da comunidade inteira vai ganhando novos contornos. Seja pelo exercício continuado da fumicultura e da produção de carvão que pressiona os recursos naturais, seja pela ação das empresas reflorestadoras que, além dos espaços circunvizinhos se estendem às unidades produtivas, por meio de suas estratégias de “cooperação”, todo o território vai se reconstruindo sob o signo da precariedade. As formas modernas de apropriação dos recursos utilizadas pelas empresas reflorestadoras substituem com vantagens econômicas as formas antigas, pois se anteriormente elas forçavam a expulsão dos agricultores para estender suas áreas de plantio, atualmente, os agricultores são transformados em parceiros no negócio do pinus. Se antes havia dificuldades para a reprodução dos agricultores hoje as empresas se forjam como agentes do desenvolvimento local. Assim, silenciosamente, em nome da cooperação, tornam os solos infecundos, privatizam-se os espaços anteriormente produtivos e/ou destinados à conservação e com sua monocultura afetam a biodiversidade e desarticulam a vida social local, dificultando a construção de destinos mais favoráveis por parte desta população. Essa situação ao mesmo tempo em que afeta a sobrevivência dos agricultores atinge diretamente as funções ambientais que o rural é convocado a assumir na modernidade conforme apontado por Jollivet.

Se por um lado, os agricultores identificam os problemas de meio ambiente como consequência dos reflorestamentos de pinus, do desmatamento realizado para sustentar as atividades de produção de carvão e a própria fumicultura, por outro, dependem delas para sua reprodução.

O mundo, confusamente enxergado a partir desses lugares, é visto como um parceiro inconstante. Sem dúvida, os diversos atores têm interesses divergentes, certamente complementares. Trata-se de uma produção local mista, matizada, contraditória de idéias. São visões do mundo, do país, e do lugar elaboradas na cooperação e no conflito” (SANTOS, 1997?, p. 91).

É no âmbito deste cenário contraditório que as famílias de agricultores perdem a autonomia sobre a gestão dos recursos naturais interferindo na noção de

existia uma forte relação de parentesco em toda a comunidade, isto facilitava sobremaneira suas estratégias.

patrimônio. O espaço que antes pode ser interpretado como espaço de gestão de um patrimônio coletivo, como a agricultura de faxinal, onde produção não se desvinculava da conservação, hoje assume outro significado. Parte constitutiva do patrimônio familiar, os recursos naturais diretamente relacionados com a sobrevivência, acaba sendo apropriados pela sociedade, mediante uma legislação ambiental, como um “bem comum” com funções sociais de conservar a natureza.

As concepções modernas de conservação, ancoradas, sobretudo no binômio fiscalização/punição remetem, além de outros aspectos, a uma questão importante: a restrição do acesso a determinados recursos aos agricultores é quase sempre percebida por eles como uma perda de autonomia na gestão do seu patrimônio. Isso tem implicações importantes para a composição dos territórios rurais.

4 REPATRIMONIALIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS: DO PATRIMÔNIO FAMILIAR AO PATRIMÔNIO COMUM OU SOCIETÁRIO

A orientação das atuais políticas de meio ambiente gera, nos agricultores, um sentimento de que seu território não lhes pertence, podendo alavancar ações que conflitem com os propósitos de conservação. Como mostra o depoimento deste agricultor: “Eu não sou contra a restrição, mas os legisladores tinham que ver as questões de emergência das pessoas [...] ter direito de tirar madeira para fazer um paiol, uma casinha [...] eu mesmo plantei pinheiro e hoje não planto mais por que sei que não vou poder usar”.

Para Perrier-Cornet (2002) as diversas modalidades contemporâneas de conservação se pautam numa concepção de “patrimônio comum”, ao que ele chama de “patrimonialização”. Do ponto de vista prático, resultam em espaços onde os agricultores perdem os direitos de uso dos recursos naturais. Também refletindo sobre este aspecto, Mormont (1997) destaca duas situações diferentes que se depreendem deste cenário de “patrimonialização” dos espaços rurais: uma na qual esta ação se torna um importante mecanismo de reconstrução das identidades das populações rurais através do qual, os agricultores buscam ampliar a participação nos fóruns de discussão que tratam dos problemas ambientais e outra, em que estes se sentem despojados do domínio de seu território. Essa segunda situação tende a ocorrer nos casos analisados, levando em conta que as áreas de proteção legal, são consideradas pelos agricultores como espaços dos órgãos de fiscalização: “o espaço do IBAMA, do IAP”.

A ideia de que tais espaços exercem uma função pública também nem sempre está clara para os agricultores, já que em seu entendimento, a terra é dele. Foi a preocupação com este aspecto que fez Perrier-Cornet (2002) indagar-se sobre a quem pertencem os espaços rurais, evidenciando a multiplicidade de atores (públicos e privados) que atuam na recomposição destes, muitas vezes secundarizando a participação dos atores locais.

Perrier-Cornet (2002a) advoga que esta publicização dos espaços, além de restringir o acesso dos agricultores, também não significa um maior acesso do público aos bens patrimonializados como no caso da água e até mesmos de paisagens. Além disso, é verdade que à medida que as políticas em geral, principalmente as de meio ambiente passam a incidir sobre os territórios rurais evidencia-se o fato de que estes espaços pertencem, cada vez menos, aos agricultores principalmente, nos lugares onde a participação efetiva destes nos processos decisórios é frágil. No caso de Postinho e de Santo Amaro esses processos são revelados pela opulência das empresas que chegam a figurar inclusive, como mantedoras de um ambiente de qualidade, já que incentivam os reflorestamentos. O enfrentamento dos aspectos ligados ao meio ambiente no meio rural, no caso, deste rural metropolitano, não se tornou como frisou Acserald (2002, p. 51) “num momento da obtenção de ganhos de democratização”.

Constata-se assim, que no âmbito do patrimônio familiar, os faxinais ou os recursos florestais são transformados em reserva ou áreas preservadas, passando a constituir como um patrimônio comum ou societário. A diferença entre o patrimônio familiar e o patrimônio societário é que no primeiro caso, fazendo parte do patrimônio familiar, a gestão dos recursos naturais é realizada pela família enquanto no segundo caso - do patrimônio societário - a família é marginalizada do processo de gestão, imperando a racionalidade técnica na administração dos recursos naturais. Essa refuncionalização dos recursos naturais além de interferir na composição do patrimônio familiar transforma as relações sócio-técnicas e a vida social local. Ocorre nesse caso uma repatrimonialização dos recursos naturais nos espaços rurais.

Essa repatrimonialização dos recursos florestais pressupõe o desenvolvimento de mecanismos de controle, que muitas vezes se expressam por meio de normas que se encontram sobrepostas e que não são apenas de natureza administrativa. O excesso de normas que passam a incidir sobre os espaços rurais, a partir do aumento das preocupações ambientais, sobretudo as de caráter penal, configuram

uma espécie de militarização deste problema. O meio ambiente além de um problema social, técnico, civilizatório, como diz Porto-Gonçalves (2004) passa a constituir-se num problema de “polícia”. Para Jean (2000) este processo de judicialização da questão ambiental que está curso, criou uma nova categoria de “foras da lei”: o agricultor-infrator.

Assim, o crivo essencialmente punitivo das políticas ambientais, em detrimento do educativo, contribui em muitos casos não apenas para repatrimonialização dos recursos naturais e a fragmentação dos espaços rurais, mas para marginalização de uma categoria social historicamente excluída dos processos de desenvolvimento. Vale lembrar que se atualmente, muitas áreas em que se encontram os agricultores familiares guardam qualidade ambiental importante é também porque anteriormente, estas foram menos valorizadas no processo de ampliação do capital.

Nos casos analisados constata-se que essa repatrimonialização não demonstra transformar relações técnicas em bases sustentáveis. Assim, se observa um patrimônio relacionado com uma natureza preservada coexistindo paralelamente com práticas sociais desagregadoras e técnicas predatórias ao ambiente natural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida aqui mostrou que, nestes casos, os preceitos ambientais ainda constituem aspectos marginais às políticas agrícolas de promoção da agricultura familiar. Observou-se que os propósitos de conservação tanto das políticas agrícolas como das políticas ambientais não foram capazes ainda, de colocar em curso uma “outra agricultura” ancorada efetivamente, nos princípios de sustentabilidade, ou na perspectiva de um rural socioambiental. O que se constatou é que a política ambiental, na forma de legislação, transforma o patrimônio familiar, determinando processos de gestão dos recursos florestais – no caso dos faxinais – e dessa maneira instituindo um patrimônio natural comum com funções de interesses social. No entanto essa legislação é conivente com processos de gestão que comprometem a qualidade dos recursos produtivos com água, solo, biodiversidade e com a qualidade de vida dos agricultores. Desse modo, o território se remodela, muito mais pelas ações da iniciativa privada no seu afã por maiores lucros do que pelas ações de conservação ambiental. Sob este aspecto evidencia-se que o debate ecológico no quadro de uma modernidade ainda em construção não constitui ainda

referência suficiente para ensejar novos estilos de desenvolvimento. O que fica claro neste caso é que uma mudança nesse sentido, só poderá ocorrer com uma participação efetiva do Estado, não como agente mediador dos interesses privados das empresas, mas como ator, ao lado dos agricultores familiares e de outras categorias da sociedade civil, na construção de uma modernidade socialmente definida, para usar expressão de Wanderley (1998).

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henry. Justiça ambiental e construção social do risco. **Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Riscos Coletivos, Ambiente e Saúde, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, n. 5, p. 49-60, 2002.

ALPHANDERY, Pierre; BILLAUD, Jean P. L'Agriculture à l'article de l'environnement. **Études Rurales**, Paris, 141-142, p. 9-20, jan./jun. 1996. (Cultiver la Nature)

BILLAUD, J. P.; SOUDIÈRE, M. de la. La nature pour pense le rural? In: JOLLIVET, M.; MATHIEU, N. (orgs). **Du rural à l'environnement: la question de la nature aujourd'hui**. Paris: Ed. L'Harmattan, 1989. p. ...-...

BRANDENURG, A.; FERREIRA, A. D. D. **Para pensar uma outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998.

CARMO, Maristela S. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentavel. In: BRANDENURG, A.; FERREIRA, A. D. D. (org.) **Para pensar uma outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998. p. ...-...

CHANG, Man. Y. **Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desgregação no centro-sul do Paraná**. 1985. 201f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996

FERREIRA, Angela D. D. Processos e sentidos do rural na contemporaneidade: quais as e, especificidades do caso brasileiro? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS, 29. São Paulo, maio 2002, **Anais...** São Paulo: USP, 2002.

JEAN, Bruno. L'agriculture familiale et l'agriculture durable en Amérique du Nord: vers une agriculture 'environnementalement correcte'. **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente a Reconstrução da Ruralidade a Relação Sociedade/Natureza**. Curitiba: UFPR, n. 2, p. 57-72, jul-dez, 2000.

JOLLIVET, M. L'environnement une dimension nouvelle pour le rural. In: _____. **Pour une science sociale à travers champs**: paysannerie, ruralité, capitalisme (France xxe siècle). Paris: Éditions Arguments, 2001.

JOLLIVET, Marcel; PAVÊ, Alain. O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. S. (org.) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997. p.

MENEZES, F. Segurança alimentar um conceito em construção In: BRANDENURG, A.; FERREIRA, A. D. D. **Para pensar uma outra agricultura**. Curitiba: Ed. UFPR, 1998. p.

MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA/redcapa/Mauad, 1999.

MORMONT, M. De Bruxelles a la ferme: environnement et agriculters en Belgique. **Études Rurales**, Paris, 141-142, p. 157-169, jan./jun. 1996. (Cultiver la Nature)

MORMONT, Marc. A la recherche des spécificités rurales. In: JOLLIVET, Marcel (Org.). **Vers un rural postindustriel**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1997, p. 17-44.

PERRIER-CORNET, Philippe. **Repenser les Campagnes**. In: Bibliothèque des territoires, Gemenos, France, Datar, 2002b.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O desafio ambiental. In: SADER, Emir (Org.). **Os porquês da desordem global**: mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 13-171

ROMEIRO, Ademar R. **Agricultura familiar e meio ambiente**: aspectos teóricos e metodológicos. In: Cadernos de difusão e tecnologia. Brasília, 1990, p. 149 -158.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Cimone R. de. Agricultura familiar, políticas ambientais e a recomposição dos espaços rurais na região metropolitana de Curitiba. Tese de Doutorado no PPG em Meio Ambiente e Desenvolvimento MADE/UFPR, Curitiba, 2006.

SOUZA, Osmar. **Políticas públicas e trajetórias de desenvolvimento rural em cenários de heterogeneidade socioeconômica e ambiental:** casos ilustrativos nas comunidades rurais de Mergulhão (São José dos Pinhais), Postinho (Tijucas do Sul) e (Santo Amaro) Mandirituba. Local?: Editora?, Ano?

WANDERLEY, Maria Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20. Caxambu, Minas Gerais, **Anais...**, ANPOCS, 1996.

WANDERLEY, Maria Nazareth. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. CHAYANOV. In: FERREIRA, Angela D. D. 1998. Título da obra? Local? Editora?

WANDERLEY, Maria Nazareth. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas:** o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Recife: UFPE, 2000. Não publicado

Texto submetido à Revista em outubro e aceito para publicação em dezembro